



DEMOCRACIA NO CONAMA!

Carta Aberta da Rede Brasileira de Justiça Ambiental ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

*C/Cópia para a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima,
Marina Silva*

Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

Precisamos dialogar sobre a recomposição do Conselho Nacional do Meio Ambiente, o CONAMA. Todas e todos que se dedicam ao estudo e exame dessa questão, entendem que um grave problema na formulação e decisão de políticas públicas reside na ausência ou na pouca expressividade da participação cidadã e do controle social nos processos.

E essa pouca efetividade da participação da sociedade civil se reflete no maior ou menor grau de exercício da democracia, tão cara a todas e todos nós que abraçamos a sua campanha eleitoral, para derrotar o autoritarismo e a vontade de hegemonia por parte de setores da vida pública brasileira. Assim, atuamos para que a democracia fosse a grande vencedora, junto com a sua vitória nas urnas de novembro de 2022.

Queremos que saiba que estamos cientes das dificuldades presentes na construção da luta política na contemporaneidade, particularmente neste seu terceiro governo. E que saiba também que estamos prontos e juntos para fazer avançar o governo popular, sonho de todos nós, a fim de eliminarmos a injustiça ambiental em nossos territórios.

Para isso, é urgente erradicar a lógica dos dispositivos que se utilizam de mecanismos pelos quais a imposição de privilégios por parte de alguns promovem a manutenção das desigualdades econômicas e sociais, ficando a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento para as populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulnerabilizadas.

E-mail

Comunicação: rbja.comunica@gmail.com
Secretaria: redejusticaambiental@gmail.com

www.rbja.org

[f /RBJAativa](https://www.facebook.com/RBJAativa)
[@rbjaativa](https://www.instagram.com/rbjaativa)



Essa situação, infelizmente, perdurará e se manterá, inclusive debaixo dos mantos da democracia de fachada e do ambientalismo de resultados, caso não haja o urgente reconhecimento da necessidade da paridade de participação entre a sociedade civil, representante dos movimentos sociais e entidades socioambientais, por um lado, e as representações do Estado e dos segmentos econômicos presentes no CONAMA, por outro.

O desenho institucional e as estruturas internas do Conselho Nacional do Meio Ambiente têm o DNA do autoritarismo e da centralização de poder oriundo da ditadura militar. Com a cultura do autoritarismo, herdada do seio da caserna, onde o CONAMA nasceu, as decisões sobre o destino do equilíbrio ambiental e da integridade ecológica dos territórios brasileiros são tomadas de cima para baixo, por um conluio multissetorial de segmentos, sem prestação de informações ambientais, sociais e econômicas completas, imparciais e de qualidade. Não há consulta real à sociedade, e menos ainda aos povos tradicionais, populações que vêm sendo prejudicadas pelas ameaças da falsa democracia praticada nesse e demais Conselhos da estrutura do sistema ambiental brasileiro.

Com esta Carta, pretendemos, Senhor Presidente, destacar as artimanhas da expansão hegemônica de certos segmentos, que agem às custas do expurgo da diversidade biológica, social, cultural e da diferença, buscando impedir a expansão e a efetividade de direitos democráticos no Brasil.

Precisamos que nos ouça sobre as possibilidades de expandirmos a democracia participativa, reconhecer o poder emancipador dos movimentos sociais, como contraponto a uma visão do Estado como esfera homogênea a serviço da classe dominante. Este é o debate de fundo subjacente à participação da sociedade civil no CONAMA, pois não conquistamos nesse Conselho a democracia plural, que garanta a necessidade do envolvimento das comunidades locais no completo esclarecimento e nas decisões ambientais; na proteção do solo, das florestas e dos outros ecossistemas, do ar puro e das águas sem venenos, e na preservação dos territórios e modos de vida dos povos indígenas e tradicionais.

Somente a partir de uma democracia plural é que entenderemos que a questão central para a política democrática é a construção de formas de poder compatíveis com os valores e a garantia de participação, com liberdade e igualdade no peso de voz e voto. O Supremo Tribunal Federal, a quem cabe julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 623, em que o Senhor se ancorou para editar o Despacho Presidencial de recomposição do CONAMA, se pronunciou no mesmo sentido e mesma direção desta Carta. Através da Relatora da ADPF e Presidenta da Corte Suprema, Ministra Rosa Weber:

“Consoante a inicial, o CONAMA, por ser órgão de finalidade constitucional e legal vinculada à tutela do meio ambiente, deveria ter sua composição formada preponderantemente pela sociedade civil e por entidades ambientalistas.”





“No desenho institucional do CONAMA, órgão responsável por políticas públicas ambientais, cujo perfil de Conselho traduz uma regra de ampliação da democracia direta, dentro do projeto constitucional de convergência entre os modelos representativo e participativo, é inconciliável um desenho procedimental que replique uma estrutura representativa hegemônica em detrimento das preferências sociais heterogêneas (...) Para a tomada de decisão bem informada faz-se imprescindível a participação direta, plural e heterogênea, em igualdade de consideração procedimental e política”. (Weber, Rosa. Relatório ADPF 623 MC/DF).

Não basta um CONAMA desenhado para o ambientalismo de resultados moderados. É necessário mudar as relações de poder internas desse Conselho, bem como as estruturas inspiradas no comando ditatorial para o seu funcionamento, pois que são justamente essas que nos levaram ao longo do tempo aos graves e significativos danos ambientais e sociais, muitos irreversíveis.

Respeitamos o Senhor Presidente como um símbolo de luta e da união pela vitória da democracia contra o fascismo no Brasil. É por esse respeito que clamamos pela recomposição do CONAMA com a paridade de assentos para a Sociedade Civil representada por seus movimentos sociais e suas entidades socioambientalistas.

Como está em nosso documento [A hora e a vez da Justiça Ambiental](#), ofertada ao GT de Transição do seu governo, a política ambiental brasileira não pode apenas voltar-se a apagar incêndios de um modelo extrativista e predador. É necessário rever as bases econômicas do Brasil, rejeitando a prioridade de atividades que promovem violência e destruição. Garantir a vida e a integridade de povos e comunidades locais, no campo e na cidade, deve ser um compromisso inafastável.

Os empreendimentos necrocorporativistas não podem continuar ditando o desenvolvimento insustentável em que nos encontramos. São as comunidades, os indígenas e os povos tradicionais, os movimentos sociais e a sociedade civil organizada que devem deliberar o modo de desenvolvimento e de vida que lhes devem ser garantidos.

Não podemos assistir de olhos vendados e braços cruzados que o governo deixe acontecer um descompasso entre as atitudes políticas ligadas à democracia como forma e as atitudes ligadas à democracia como conteúdo. Esse paradoxo - uma forte adesão manifesta a questões ligadas aos procedimentos democráticos (democracia como forma) e uma fraca adesão aos valores democráticos (democracia como conteúdo) - acabaria por fragilizar nossa vitória e dar fôlego aos interesses que não caminharam (e não caminham) o seu e nosso caminho. Precisamos trabalhar fortemente para eliminar o fascismo ardilosamente impregnado em quase 50% dos eleitores, começando pela base, em como se movimenta, se organiza e se consulta a sociedade.

A questão do CONAMA exige uma posição política. Qual será a eleita, a que preza a diferença (e une) ou a repetição autoritária (que destrói e mata)? A lógica da diferença caracteriza-se pela afirmação de demandas democráticas, plurais e diversas. A da repetição, por sua vez, é a do expurgo à diferença, uma artimanha da hegemonia, que se caracteriza por invisibilizar ações em defesa da ampliação da democratização por parte dos movimentos sociais.

Acreditamos que o Senhor Presidente, eleito pela massa trabalhadora, permaneça ainda mais na luta por Democracia, acrescentando a esta a necessária Justiça Ambiental. Para tanto, afirmamos que a esperada mudança ambiental significativa que a sociedade civil e a própria natureza reivindicam, só pode ocorrer através da participação social ampla e da resistência efetiva contra os interesses políticos e econômicos opressivos.

Posta a questão, reivindicamos que seja editada uma nova composição do CONAMA, que afirme no Brasil um projeto que esteja atento para subverter as ofensivas hegemônicas capazes de estabelecer limites para a participação política popular - e assim dificultar o enfrentamento da espoliação dos nossos bens comuns, da opressão e injustiça socioambiental, da exploração ambiental, do silenciamento de minorias e da degradação da Mãe Terra.

Subscvem esta carta política as seguintes organizações membros da RBJA:

1. Articulação Antinuclear Brasileira
2. Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto - ABREA
3. Associação de Combate aos Poluentes (ACPO)
4. Associação de Saúde Socioambiental (ASSA)
5. Associação Raízes do Semiárido
6. Associação de Combate aos Poluentes (ACPO)
7. AEIMM - Associação dos Expostos e Intoxicados por Mercúrio Metálico
8. Centro Palmares de Estudos e Assessoria por Direitos
9. Coletivo de Pesquisa sobre Desigualdade Ambiental e Política (UFRJ, UFRRJ, UFF, UFAL, UFRB)
10. Comissão Pastoral da Terra (CPT)
11. Criola
12. ETTERN - Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza - IPPUR - Universidade Federal do Rio de Janeiro
13. Gambá - Grupo Ambientalista da Bahia
14. FAPP-BG - Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímicas das cercanias da Baía de Guanabara
15. FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
16. Fórum Carajás (Centro dos Direitos das Populações da Região de Carajás)
17. GEEMA - Grupo de Estudos em Educação e Meio Ambiente
18. GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
19. GEDMMA - Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão
20. Grupo de Pesquisa e Extensão Estudos Críticos em Direito, Natureza e Sociedade - PUC-Rio
21. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)
22. Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental

23. Frente Ampla em Defesa da Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras
24. GLEPINAM - Grupo de Leitura e Estudos sobre Cultura e Identidade Negra Amazonia - Universidade Federal de Rondônia
25. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Modos de Vida e Culturas Amazônicas (GEPACULTURA) - Universidade Federal de Rondônia
26. GT de Saúde e Ambiente da Abrasco
27. Instituto Dom Alberto Guimarães Rezende
28. Instituto Terramar
29. Justiça Global
30. Justiça nos Trilhos
31. Laboratório de Saúde Ambiente e Trabalho/Fiocruz - PE
32. Movimento SOS Chapada dos Veadeiros
33. Movimento 21 de Abril
34. Movimento Baía Viva
35. Movimento Paulo Jackson - Ética, Justiça, Cidadania
36. Núcleo Caetité do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental
37. Núcleo de Pesquisas em Geografia Ambiental e Ecologia Política (GAEP) - Universidade Federal do Rio de Janeiro
38. Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde (NEEPS) - Escola Nacional de Saúde Pública - Fiocruz
39. Núcleo de Estudos e Pesquisa Sociais em Desastres (NEPED) - Universidade Federal de São Carlos
40. Núcleo Tramas (Trabalho, Ambiente e Saúde) da Universidade Federal do Ceará.
41. Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil
42. ODESC - Organização de Desenvolvimento Sustentável e Comunitário
43. Repórter Brasil
44. Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPE)
45. TOXISPHERA Associação de Saúde Ambiental
46. TERRIAMA - Grupo de Pesquisa Territorialidades e Imaginários na Amazônia



Assinam solidariamente a Carta “DEMOCRACIA NO CONAMA”:

47. Associação Amigos dos Mananciais
48. Associação Baiana dos Expostos ao Amianto - ABEA
49. Associação Brasileira de Agroecologia - ABA
50. Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária - AMAR
51. Associação de Moradores, Empresários e Amigos da Orla Norte de Salvador
52. Associação de Promoção do Desenvolvimento Solidário e Sustentável - ADES / Agência 10envolvimento
53. Centro de Estudos Ambientais - CEA
54. Frente Ambientalista da Baixada Santista - FABS
55. Grêmio Comunitário Cultural e Carnavalesco Afoxé Filhos de Ogun de Ronda
56. Grupo Ambientalista Alerta Cantareira
57. Grupo Carta de Belém
58. Instituto Biorregional do Cerrado - IBC
59. Instituto Dom Alberto Guimarães Rezende
60. Instituto Irmãs da Santa Cruz
61. Movimento contra as Agressões à Natureza - MoCAN
62. Rede de Educação Ambiental de São Carlos - REASC
63. Rede de Educação Ambiental do Paraná - REA
64. Rede de Educação Ambiental e Informação Ambiental de Goiás - REIA
65. Rede de Integração Verde - RIV
66. União Protetora do Ambiente Natural - UPAN

E-mail

Comunicação: rbja.comunica@gmail.com
Secretaria: redjusticaambiental@gmail.com

www.rbja.org

 /RBJAativa
 @rbjaativa

